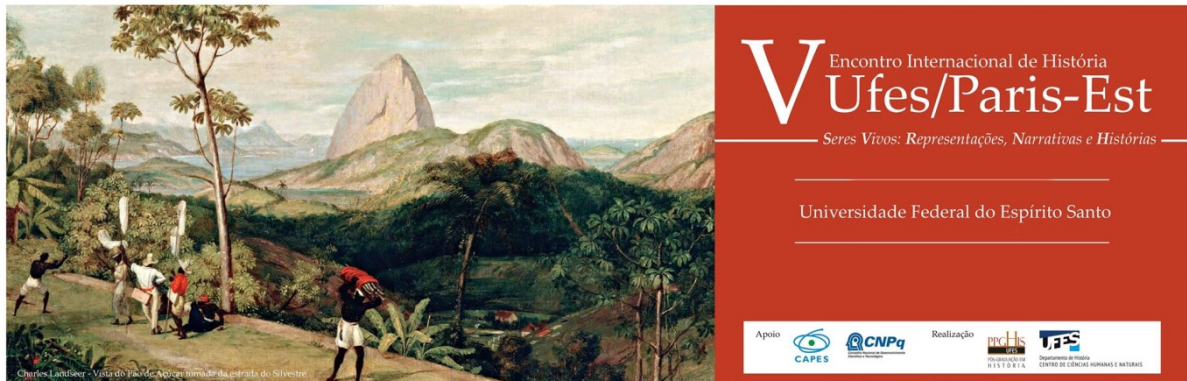




A ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I E O LEGADO POMBALINO NA RECONSTRUÇÃO DE LISBOA

Juliano Gomes
Graduando em História – UFES

RESUMO: O presente trabalho analisa a promoção do legado pombalino, a partir da *Estátua Equestre de D. José I*, inaugurada em 1775. Para compreender a importância de tal monumento, devemos considerar as consequências do *Grande Terremoto de 1755*, uma vez que a construção daquele monumento artístico e simbólico ocorreu em razão da reconstrução da cidade de Lisboa, destruída pela catástrofe. Nesse contexto, buscamos escrutinar a política encabeçada por Sebastião José de Carvalho e Melo mais conhecido pelo título de Marquês de Pombal (1769), bem como seus desdobramentos no projeto de reconstrução da cidade.

Palavras-chave: Estátua Equestre de D. José I; Grande Terremoto de 1755; Marquês de Pombal.

ABSTRACT: This paper analyzes the promotion of Pombal legacy from the *Statue Equestrian of King Joseph I*, opened in 1775. To understand the importance of this monument, we must consider the consequences of the Great Earthquake of 1755, since the construction of that monument artistic and symbolic occurred because of the reconstruction of Lisbon was destroyed by the disaster. In this context, we seek to scrutinize the policy led by Sebastião José de Carvalho e Melo, better known by the title of Marquis of Pombal (1769) and its consequences in the reconstruction project of the city.

Keyword: Equestrian Statue of King Joseph I; Great Earthquake of 1755; Marquis of Pombal.

Bastaram poucos minutos para que as paredes dos grandes palácios em Lisboa cedessem em ruínas no dia 1º de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos. O derradeiro cataclismo que se sucedeu naquela manhã, foi acompanhado pelo desespero e a aflição que se espalharam por todo o reino. Aqueles que sobreviveram ao grande massacre ficaram estupefatos com a dimensão do terremoto que se assolou sobre Lisboa, sendo este grande evento sucedido por um formidável maremoto que submergia ao rio Tejo e um levante de chamas que se irradiou sobre suas habitações (Cf. MAXWELL, 1996, p. 21-24). Este evento também nos é descrito por um importante literato português contemporâneo ao evento, o frade Francisco José Freire (1719-1773), mais conhecido como Cândido Lusitano. O religioso escreve posteriormente ao fato, relatando, como veremos abaixo:

[...] No dia primeiro de Novembro 1755, anno eternamente fatal na Historia Portugueza, às nove horas, e quatro minutos da manhã, estando o Ceo limpo, o ar sereno, e o mar em calma, se vio Lisboa surpreendida com hum Terremoto dos mais horrorosos, que ou a tradição conserva, ou descrevem os livros. Seus efeitos provão esta verdade; porque em tão breve tempo deixou reduzidos a ruínas quasi todos os edificios da mesma cidade, sepultando nos estragos um grande numero de seus habitadores, especificamente nos Templos, que por ser dia de tanta solemnidade, todos se achavão aflitos de numeroso povo (FREIRE, 1758, p. 3).

Este caos descrito anteriormente bastou para que muitos se dedicassem a buscar explicações para as causas de tamanho infortúnio. As explicações imediatas foram muitas, havendo algumas inclusive apontando a catástrofe como sendo providencia divina (Cf. SANTOS, 2003, p. 253), no entanto não nos interessamos aqui em discutir as questões escatológicas sobre o *Grande Terremoto de 1755*. Independente da explicação adotada, iremos nos atentar a uma figura de suma importância que ganhará destaque após este evento.

Destaca-se que desta catástrofe emerge uma figura muito importante no cenário político português. A figura em questão é a de, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), outorgado Conde de Oeiras (1759), e primeiro Marquês de Pombal (1769). Essa associação entre Sebastião José e o *Terremoto de 1755* segundo a historiadora Vanda Anastácio se faz de forma alegórica devido a “capacidade de gestão de crise” e reestabelecimento da ordem pública apresentados por Pombal no momento de instabilidade que se apresentava o reino luso. Sobre esse ato de confiança, o historiador Kenneth Maxwell considera que “o rei, aturdido e atemorizado, depositou autoridade completa nas mãos do único de seus ministros

que mostrava alguma capacidade para lidar com a catástrofe: Pombal” (MAXWELL, 1996, p. 24).

Assim, percebemos que, o reinado de D. José I (1750-1777) está fortemente entrelaçado com a figura daquele que alcançaria a posição de “primeiro-ministro”. Essa associação entre ministro e monarca é destacada pelo historiador Francisco José Calazans Falcon quando este afirma que o governo conjunto irá dar a Carvalho e Melo a possibilidade de se aproveitar de certas oportunidades para articular um projeto de cunho centralizador, onde os ideais postos em evidência buscam não apenas legitimar o poder régio, mas valorizar também as práticas mercantilistas e controlar o sistema comercial português de forma mais eficaz, através do aparelho burocrático e das companhias de comércio (Cf. FALCON, 1982, p. 381-393).

Tendo isso como plano de fundo, a reconstrução da cidade de Lisboa entra como um dos elementos chaves para entender os projetos encabeçados durante o consulado pombalino, visto que, o destruído Paço da Ribeira passa a ser substituído pela Praça do Comércio, marcando a formação de novo ideal econômico e social de Portugal.

A Praça Real do Comércio

Com o *Terremoto de 1755* a nova atmosfera política que se configurou em Lisboa possibilitou evidenciar o destaque de uma “classe” já recorrente, os comerciantes. Segundo um dos maiores especialistas sobre a época pombalina, José-Augusto França a nova “praça real, que era dita <<do comércio>> e pelo comércio foi paga” (FRANÇA, 1997, p. 205) permitiu que novos participantes entrassem na luta por interesses sociais e econômicos.

Obstinado em transformar a nova praça num centro comercial e administrativo, através de medidas legislativas, Pombal vai organizar e incentivar as atividades comerciais (Cf. MERLO, 2014, p. 2583). Esse processo se dá de forma a elevar a profissão do comerciante, sempre vista com desdém pela nobreza, como uma profissão ilustre. Segundo a historiadora Cláudia Maria das Graças Chaves a regulamentação da profissão de comerciantes e mercadores se dá paulatinamente a partir da criação de mecanismos que iram legitimar esse status: A criação da Junta do comércio (1755); o Estatuto dos Mercadores e Retalhos (1757); A introdução das

Aulas de Comércio (1759); e a criação Erário Régio (1759) (Cf. CHAVES, 2009, p. 171). Além disso, destaca-se que, a nova realidade aplicada aos comerciantes e mercadores intitulando-os “homens de negócios”, conferia-os um novo status social, inscrevendo-os dentro de uma esfera de “distinção simbólica” no âmbito social (CHAVES, 2009, p. 2009).

Paralelamente, a introdução das Aulas de Comércio em 1759 representa, de um modo geral dentro dessa política centralizadora, uma sistematização e burocratização das práticas de comércio, pois busca “disciplinar os mecanismos de acesso às atividades comerciais e controlar os déficits no sistema mercantil português” (FALCON, 1982, p. 393) Essas novas práticas confirmam a existência de um *modus operandi* típico da política ilustrada lusa da segunda metade dos setecentos.

Posto isso, a criação da Praça do Comércio celebra, segundo Maxwell, a independência da economia nacional e afirma um compromisso do atual governo em apoio à difusão do sistema comercial reformado (Cf. MAXWELL, 1996, p. 27). Desta análise sobre a Praça Real, sintetiza-se dois objetos de propaganda dentro da política pombalina: O primeiro já supracitado diz respeito à valorização do sistema comercial mercantilista luso; o segundo trata-se do projeto centralizador do qual analisaremos.

As *places royales* modelo de praça real difundida pela França com Henrique IV e Luís XIV, segundo o historiador Miguel Figueira de Faria, oferece uma análise comparativa que busca evidenciar o processo de internacionalização da proposta francesa, praça/monumento real (Cf. FARIA, 2008, p. 203). Considerando o Antigo Regime e o próprio caráter absolutista desenvolvido por algumas cortes europeias dos séculos XVII e XVIII, Lisboa se inscreve tardiamente dentro deste contexto, num processo de concentração dos poderes políticos pelo monarca, processo esse que já havia sido iniciado com D. João V, mas toma proporções maiores durante o reinado de D. José I (Cf. CALADO, 2008, p. 229).

Tendo uma praça central no formato retangular, que calculadamente se alinhava com as novas ruas, convergia-se a um ponto central onde se prostrava a Estátua Equestre de D. José I. Se pautando na ideia proposta por Faria, entendemos que há

um ideal de secularizaçãodo poder do reino nas mãos da autoridade régia, que se reflete sobre a nova proposta urbanística, seguindo a lógica do absolutismo bourbónico (Cf. FARIA, 2012, p. 183). Esse ideal de centralidade também acarreta numa nova percepção da paisagem urbana, pois a figura real no centro da Praça do Comércio transfigura um processo de “dessacralização” (FARIA, 2012, p. 198) do espaço público, já que nunca havia se dado espaço tão importante a monumentos da arte profana em Portugal.

A Estátua Equestre: Um olhar sobre a fonte

Para analisarmos o monumento artístico e simbólico esculpido por Joaquim Machado de Castro, a Estátua Equestre de D. José I, optamos por abordar a obra intitulada *Descrição Analytica da Execução da Estátua Equestre Erigida A Gloria do Senhor rei fidelíssimo D. José I.* (1810), de mesmo autor. Nela Machado de Castro nos fornece elementos para entendermos o monumento real em seu todo, como um conjunto simbólico.

Temos que considerar antes de qualquer coisa que, a pomposa cerimônia de descerramento da inauguração da Estátua Equestre de D. José I procedeu-se no dia 6, de junho de 1775, dia em que se comemorava o 61º aniversário do Rei. “O derradeiro ato público” (SANTOS, 2011, p. 75), como chamou o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, foi a última aparição pública do Rei antes de vir a falecer, em 1777. A saúde de D. José I já se encontrava em estado debilitado, havendo relatos que demonstram sua resistência e até recusa em participar da cerimônia de inauguração pública da Estátua Equestre erigida em sua homenagem (Cf. SANTOS, 2011, p. 85). Destaca-se também que a rejeição de D. José I em participar do ato público passava não apenas pela sua frágil condição física, pois era tradição a ausência do monarca na cerimônia, fazendo-se apenas representar-se pelo monumento simbólico, processo denominado *in absentia principis* (na ausência do príncipe), onde o rei não participa ativamente da celebração religiosa (Cf. FARIA, 2008, p. 210). No entanto as cerimônias se procedem com a presença da família real, “incognitamente”.

Digna de um dos últimos festejos tradicionais à moda barroca (Cf. RIBEIRO, 2003, p. 5), contou-se com a presença ilustre de diversos segmentos da nobreza real e

eclesiástica, comum a etiqueta da corte quanto às audiências públicas (Cf. SANTOS, 2011, p. 76). Durante os três dias de evento, cedeu-se espaço para um verdadeiro espetáculo cênico, tendo diversos grupos alegóricos que visavam consagrar à glória do Império Português Ultramarino (Cf. RIBEIRO, 2003, p. 5).

Pode-se dizer que, os preparativos de celebração da inauguração da Estátua Equestre de D. José I, já haviam sido fiscalizados desde o seu projeto inicial por Pombal (Cf. FRANÇA, 1977, p. 206). A partir da seleção de uma equipe responsável por elaborar o projeto de reconstrução da cidade, composta por Eugênio dos Santos e Carvalho, Manuel da Maia e Carlos Merdel que dariam cabo aos projetos preliminares de reurbanização da cidade (Cf. MAXWELL, 196, p. 24). Omentor da estátua equestre de D. José I, o engenheiro e arquiteto Eugênio dos Santos (1711-1760) já havia idealizado e elaborado seus conjuntos alegóricos representacionais. Vale Salientar que, a Estátua Equestre de D. José I, é a primeira desse gênero levantada a homenagear um monarca português na história moderna.

Com a morte de Eugênio dos Santos em 1760, formou-se uma comissão responsável por realizar um concurso a eleger um escultor que iria dar cabo a execução da Real Estátua Equestre de D. José I. Deste concurso foi eleito, um dos atualmente maiores escultores consagrado da história de Portugal, o escultor Joaquim Machado de Castro (1731-1822). Machado de Castro demonstrou um talento nato para a arte da escultura desde cedo, estudou e trabalhou grande parte de sua vida em Mafra. Foi convocado por Domingos da Silva Raposo, então Ajudante de Arquitetura da Casa do Risco das Obras Públicas, a apresentar uma proposta para o concurso que iria eleger o escultor da Estátua Equestre de D. José I, apresentando ele a mais notável habilidade para a tarefa, já que pouco se sabia e se estudava sobre as artes em Portugal até então (Cf. SANTIAGO, 2013, p. 12-14), o próprio Machado de Castro alega em suas declarações acerca da precariedade do estudo das artes em Portugal.

[...] As queixas, que pela Poesia faz Camões nesta estancia, e na que se lhe segue, com muito mais razão podem fazer pelo Desenho. Porém já raião novas luzes. Eu creio que o Reinado do Senhor D. José I. há de servir de Epoca para principiar a Historia (CASTRO, 1810, p. 19).

São muitas as queixas que faz Machado de Castro aos protótipos deixados por Eugênio dos Santos, quanto ao modelo a ser seguido para a execução da Estátua

Equestre. De fato, Eugênio dos Santos era um arquiteto e não dominava as regras das belas artes, e acabou por seguir outros modelos, já que havia sobrado a ele a responsabilidade de desenvolver o projeto inicial (Cf. FRANÇA, 1977, p. 208). Dos lamentos enumerados por Machado de Castro na execução deste trabalho, o primeiro deles talvez fosse, o fato de que D. José I recusou-se a posar para o escultor, obrigando-o a utilizar imagens de péssima qualidade para representar o monarca. Além disso, a falta de autonomia em relação ao projeto inicial era fator de extremo incômodo ao artista, que se limitava a alterar detalhes superficiais no protótipo que lhe deram.

Uma das mudanças mais representativas do projeto de Machado de Castro foi conseguir a substituição do Leão que se prostrava abaixo do cavalo, por um conjunto de serpentes, que segundo ele representavam as diversas dificuldades superadas durante o reinado josefino (Cf. FARIA, 2012, p. 168-170) à saber: o já citado *Terremoto de 1755*, a tentativa de regicídio (1758) que culminou no *Massacre dos Távoras* (1759), a *Expulsão dos Jesuítas* (1759) e o envolvimento na *Guerra dos Sete Anos* (1762), são eventos memoráveis deste período. Assim as serpentes ganham crédito por apresentarem uma rica importância simbólica na memória da história do reino luso.

Sobre o traje, Machado de Castro disse: “lamentava, e lamentarei sempre, não ser a nossa Estatua vestida á Romana” (CASTRO, 1810, p. 31), como era uma tradição clássica, mas o pedido não lhe foi concedido, podendo apenas fazer alguns ajustes na roupa.

Os grupos laterais também foram motivos de críticas severas, os conjuntos foram divididos em duas alegorias, a Fama e o Triunfo, delas lhes foram apenas permitidos trocar uma das figuras aladas, sendo antes as duas femininas, agora passava a ser uma masculina e a outra feminina (Cf. CASTRO, 1810, p. 31-32).

Nos conjuntos laterais as figuras tinham como finalidade representar os quatro continentes sobre domínio português, assim: “O Cavallo representava a Europa; o Elefante a Asia; uma das figuras prostradas, ou atropelladas a Africa, e a outra a América” (CASTRO, 1810, 11). Averigua-se mais uma das propostas de propaganda dentro do projeto do monumento real, com a finalidade de mostrar um império

poderoso e dominador, já que Portugal dependente totalmente de suas colônias para conservar-se frente as potencias europeias, como aponta Maxwell (Cf. MAXWELL, 1996, p 16).

O elemento que mais gerou crítica após a queda de Pombal (1777), só foi revelado às vésperas da inauguração da Estátua Equestre, em 1774. A efígie de Pombal posta sobre um medalhão em bronze no monumento real, ideia proposta pela Casa dos Vinte e Quatro, teve como função memorar a figura do primeiro ministro de D. José I, reafirmando assim como já havíamos dito um reconhecimento da ligação entre Pombal e o Rei (Cf. FRANÇA, 1977, p. 206).

Um dos elementos importantes sobre a Estátua Equestre de D. José I, é que devido à ausência do monarca na corte (pois o Rei se recusava voltar a morar em palácios, atemorizado pelo terremoto) o monumento adquiria todo um caráter consubstancial, pois passava a simbolizar “a presença do soberano na praça central da sua capital” (RIBEIRO, 2003, p. 5).

O projeto de Pombal nunca deixou de mostrar sua face ambiciosa, sobre a Estátua Equestre de D. José I, França (1977) assevera que “a apoteose do rei era mais que um disfarce da apoteose de seu ministro. D. José I limitava-se a emprestar o seu corpo que o <<direito divino>> justificava ironicamente” (FRANÇA, 1977, p. 205). Sua efígie memoravelmente revela sua audácia em representar-se como uma figura de influência singular, que, no entanto, estava por contar seus últimos momentos no poder, já que com a morte de D. José I, sua queda era uma questão de tempo. D. Maria I assume ao poder em 1777 e Pombal viu-se obrigado a abdicar suas funções, tendo que sair às pressas de Lisboa (Cf. MAXWELL, 1996, p. 163). Pombal pode ter deixado Lisboa, mas Lisboa nunca deixou Pombal, sua marca está em todo canto, em cada parte da cidade, ainda hoje condecorada Baixa Pombalina.

Referências bibliográficas

ANASTÁCIO, Vanda. **Viver em Lisboa no Tempo do Marquês de Pombal**: Uma breve panorâmica. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

CALADO, **Margarida**. **Praças Reais em Portugal**. Projetos, Realizações e

Influências. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CASTRO, Joaquim M. **Descrição Analytica da Execução da Estátua Equestre Erigida A Gloria do Senhor rei fidelíssimo D. José I.** Lisboa, 1810.

CHAVES, Claudia M. G. **Arte dos Negócios:** saberes, práticas e costumes mercantis no Império Luso-brasileiro. América Latina en la História Económica, v. v.1, 2009.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina** (Política Económica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.

FARIA, Miguel F. **A Praça Real do Tejo.** Lisboa: Livros Horizonte, 2008

FARIA, Miguel F. A Estátua Equestre, in Absentia Principis e o Rei Escondido. In **Do Terreiro do paço à Praça do Comércio:** história de um espaço urbano, 157 - 228. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

FRANCA, Jose Augusto. **Lisboa pombalina e o iluminismo.** 2. ed. - Lisboa: Bertrand, 1977.

FREIRE, Francisco José. **Memorias das Principaes Providencias que se derão no Terremoto, que Padeceo a Corte de Lisboa No Primeiro de Novembro de 1755.** Lisboa: [S/N], 1758

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MERLO, Patrícia M. S. **Em Razão do Grande Terremoto:** Observações sobre a política pombalina no reinado de D. José I. Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014, p. 2582-2590.

RIBEIRO, Nelson P. **A Entrada Real Enquanto Festa Barroca e a Lisboa Pombalina.** João Pessoa: Associação Nacional de História (ANPUH), 2003.

SANTIAGO, Catarina F. L. **Do Monumento à Arte Pública em Portugal no séc. XX.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

SANTOS, A. C. A. **Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua**

equestre do Reformador, Topoi: Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Zulmira C. **O Terremoto de 1755 Como Apologia da Religião Cristã: Lisboa Destruída**. Poema (1803) de Teodoro de Almeida. Porto: Línguas e Literaturas, 2003.